



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2022-2026)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE FEVEREIRO DE 2024

Presidente: Ex.^{ma} Sra. **Celmira Sacramento**

Secretários: Ex.^{ma} Sra. **Bilaine Ceita**

Ex.^{mos} Srs. **Silvestre Mendes**

José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas e 40 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse de uma Deputada Substituta à Assembleia Nacional.

O Plenário aprovou, em votação final global, as Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico de 2024, após a leitura do relatório de análise e votação na especialidade da Proposta de Lei

n.º 21/XII/3.ª/2023 – Que aprova as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Lei n.º 22/XII/3.ª/2023, com as alterações introduzidas pela Proposta de Lei n.º 25/XII/3.ª/2024 – Que aprova o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024, pelo Deputado José Maria Barros (MLSTP/PSD).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 11 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d' Oliveira

Alberto da Trindade Luís

Aleksander Monteiro Lima

Arlindo Quaresma dos Santos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Danilo Francisco dos Santos Quaresma

Edmilson das Neves Amoço

Ekeneide Lima dos Santos

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d' Alva Teixeira

Hélder Santana de Nascimento

Honório da Luz Sousa Pontes

Itelmiza Duarte Monteiro Pires

Izilda Quaresma dos Ramos Domingos

Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José Carlos Cabral d' Alva

Jozino Malupane da Veiga

Laudino Afonso de Jesus

Lourenço Aguiar Freitas

Messias Luís Fernandes Pereira

Nito de Sousa Viegas d' Abreu

Orlando Borges da Mata

Ossáquio Perpétua Riôa

Pedro Jorge de Abreu e Carvalho

Salgueiro André da Silva Tiolo

Silvestre Moreno Mendes

Sólito da Cunha Lisboa Neto

Teodorico de Campos

Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa

Adllander Costa de Matos

Arlindo Barbosa Semedo

Cílcio Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos Santos

Conceição Vieira Moreno

Danilo Neves dos Santos

Ester Tomé Will

Filomena Sebastião Santana Monteiro d' Alva

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca Quaresma

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Jerónimo Pires Quaresma

José Rui Tavares Cardoso

José Maria Afonso de Barros

Maria de Lurdes Martins de Sacramento

Osvaldo Eduardo João

Osvaldo Tavares dos Santos Vaz

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Wuando Borges de **Castro** de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista – Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

Avelino Prazeres Conceição

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

Eldimiro Emiliano **Manuel**

Gustavo Pereira d' Assunção Neto

João Leonardo de Pina da Trindade **Batista**

Movimento BASTA (MB)

Daniel Ambrósio dos **Santos**

Levy do Espírito Santo **Nazaré**

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Cumprimento também todos os Técnicos da Comunicação Social cá presentes, todos os Técnicos, Assessores do Departamento de Apoio ao Plenário e Documentação.

Todo Povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Estamos aqui para fazermos o exercício final com relação a dois instrumentos importantes para o Governo, que são as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Geral do Estado (OGE). Vamos finalizar a votação desses dois instrumentos.

Temos uma Deputada substituta que vai tomar posse, pelo que convido já a Sra. Secretária da Mesa para proceder ao empossamento.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Técnicos da Assembleia Nacional e da Radio Nacional, Povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Vou proceder à leitura do Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

«Aos quinze dias do mês de Fevereiro do ano 2024, compareceu perante o Plenário da Assembleia Nacional a Sra. Deputada substituta Maria de Lurdes Martins do Sacramento, do Círculo Eleitoral de Cantagalo, em substituição do Sr. Deputado Elákcio Afonso da Marta, tendo a mesma prestado juramento nos seguintes termos:»

Passo a chamar a Sra. Maria de Lurdes do Sacramento, para proceder à leitura do Termo de Posse.

A Sra. Deputada substituta prestou juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pela empossada e por mim, a Secretária da Mesa que o lavrou.»

Muito obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Já que não o fiz anteriormente, por lapso, aproveito já para saudar o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que se encontra já connosco e pedir aos Serviços que convidem os Membros do Governo para a Sala.

Pausa para a entrada dos Membros do Governo.

A Sala já está completa, vamos continuar os nossos trabalhos.

Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do XVIII Governo Constitucional, Sras. Ministras, Srs. Ministros, muito bom dia.

Estamos no quadro da aprovação final global das GOP e do OGE para o Ano Económico 2024.

Já houve discussão na especialidade, portanto, só nos resta apresentar o relatório da análise na especialidade e passarmos à votação.

Sr. Deputado Raúl Cardoso, Presidente da 2.^a Comissão, quem é o relator?

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado José Maria Barros.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Barros, para a leitura do relatório da 2.^a Comissão Especializada sobre a aprovação na especialidade.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Excelência, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Caros Colegas Deputados, Funcionários da Assembleia Nacional e do Apoio ao Plenário, Srs. da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

«Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e do Orçamento.

Relatório de análise e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 21/XII/3.ª/2023 – Que aprova as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Lei 22/XII/3.ª/2023, com as alterações introduzidas pela Proposta de Lei n.º 25/XII/3.ª/2024 – Que aprova o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024.

I. Introdução.

A Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e do Orçamento (2.^a Comissão Especializada Permanente) da Assembleia Nacional, nas suas reuniões realizadas nos dias 12 e 13 do mês de Fevereiro do corrente ano, nos períodos da manhã e da tarde, apreciou e votou, na especialidade, a Proposta de Lei n.º 21/XII/3.ª/2023 – Que aprova as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Lei n.º 22/XII/3.ª/2023, com as alterações introduzidas pela Proposta de Lei n.º 25/XII/3.ª/2024 – Que aprova o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024, respectivamente.

Estiveram presentes às sessões de trabalho os Srs. Deputados: Raúl do Espírito Santo Cardoso, que a presidiu, José Maria Afonso de Barros e Adelino Cruz José da Costa, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Itelmiza Duarte Monteiro Pires, Sólito da Cunha Lisboa Neto, Nito de Sousa Viegas d' Abreu, Ekeneide Lima dos Santos, Laudino Afonso de Jesus, do Grupo Parlamentar da ADI, e João Leonardo de Pina da Trindade Batista, do Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN.

II. Análise da Proposta de Lei das GOP.

A discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 21/XII/3.ª/2023 – Que aprova as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2024 resultou na apresentação de 1 (uma) proposta de emenda ao n.º 1 do artigo 5.º com a epígrafe «Memorando de Políticas Económicas e Financeiras» que passa a ter a seguinte redacção: «As GOP para 2024 assenta na implementação de medidas de consolidação fiscal.

III. Análise da Proposta de Lei do OGE.

A discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 22/XII/3.ª/2023, com alterações introduzidas pela Proposta de Lei n.º 25/XII/3.ª/2024 – Que aprova o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024 resultou na apresentação de 5 (cinco) propostas de emenda, como a seguir se indica:

- O Preâmbulo passa a ter a seguinte redacção: «A presente Lei aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para Ano Económico de 2024, em articulação com as Grandes Opções do Plano (GOP) e demais documentos de política económica e social do Estado, visando promover o bem-estar e o desenvolvimento socioeconómico da população, além de garantir a estabilidade financeira e fiscal do País.

Assim, considerando a imprescindível necessidade de aprovar o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024, a fim de assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais e o cumprimento das metas e obrigações do Estado;

A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:»

- O n.º 1 do artigo 2.º com a epígrafe «Estimativa de Receitas» passa a ter a seguinte redacção: «incluindo financiamento, para o Ano Económico de 2024, conforme o indicado no Anexo I».

- Os n.ºs 10, 11 e 12 do artigo 8.º com a epígrafe «Cobrança das Receitas» passam a ter a seguinte redacção:

N.º 10: «O valor mínimo fixado para o IRC é de Dbs. 2.544,00 (duas mil, quinhentas e quarenta e quatro dobras)».

N.º 11: «É aditada à tabela do Código do IRS (...) através da criação de um novo escalão para rendimento igual ou superior a Dbs. 420.000,00 (quatrocentas e vinte mil dobras), sujeito à taxa de 30% e a parcela a abater de Dbs. 45.048,00 (quarenta e cinco mil e quarenta e oito dobras)».

N.º 12: «É criado o imposto especial sobre o rendimento de pessoas singulares (IERS), (...) que excede Dbs. 50.000,00 (cinquenta mil dobras) mensal.

IV. Análise dos anexos da Proposta de Lei do OGE:

A discussão na especialidade dos anexos da Proposta de Lei n.º 22/XII/3.ª/2023, com as alterações introduzidas pela Proposta de Lei n.º 25/XII/3.ª/2024 – Que aprova o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024 resultou na apresentação de 2 (duas) propostas de substituição, como a seguir se indicam:

- Foi substituída a designação inicial inscrita na Unidade Gestora 24.2.20 «Gabinete de Interesse em *Genève*» que passa a ter a seguinte designação: «Embaixada e Missão Permanente em *Genève*».
- Substituiu-se a natureza económica «42114000 – Transferências de Capital para a Região Autónoma do Príncipe», inscrita no Projecto 4837 – Reparações de Infra-estruturas Judiciais na RAP, para a seguinte natureza económica: «41120000 – Obras de reabilitação e instalações».

V. Votação.

Submetidas à votação, todas as propostas de alteração acima mencionadas foram aprovadas, com 6 votos a favor, sendo 5 do Grupo Parlamentar da ADI e 1 do Grupo Parlamentar MCI/PS-PUN; nenhum voto contra e 3 abstenções do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

VI. Texto final.

Para os devidos efeitos, vai em anexo o texto final elaborado pela Comissão sobre as Propostas de Lei aprovadas, bem como os mapas com a actualização das propostas aprovadas, do qual fazem parte integrante.

VII. Conclusão e recomendação.

Concluída a análise e aprovação na especialidade, a 2.ª Comissão Especializada Permanente recomenda que as Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024 sejam submetidas ao Plenário, para efeitos de votação final global.

A Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e do Orçamento, São Tomé, 14 de Fevereiro de 2024.

O Presidente, Raúl do Espírito Santo Cardoso.

O Relator, José Maria Afonso de Barros.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José Maria Afonso de Barros.

Sr. Deputado Raúl Cardoso, enquanto Presidente da 2.ª Comissão, nossos agradecimentos pelo trabalho, numa forma extensiva a todos os Deputados da 2.ª Comissão, mais extensiva ainda a todos os Deputados e a todas as Deputadas que estiveram aqui aquando da discussão na especialidade, dando a sua contribuição.

Agradecemos também, de uma forma muito especial, Assessores da Comissão, que também sabemos que trabalharam arduamente, para que hoje tivéssemos esses dois instrumentos importantes para o nosso país a ser votados finalmente.

Temos na Sala agora 54 Deputados e vou submeter à votação final global a Proposta de Lei das GOP para o Ano Económico de 2024.

Submetida à votação, foi aprovada com 35 votos a favor, sendo 30 do ADI e 5 do MCI/PS-PUN; 19 abstenções, sendo 17 do MLSTP/PSD e 2 do Movimento BASTA.

Está aprovada.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Continuamos, submetendo agora à votação a Proposta do OGE para o Ano Económico de 2024.

Submetida à votação, foi aprovada com 35 votos a favor e 19 abstenções.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Para dizer que, à semelhança das GOP, também tivemos 30 votos favoráveis do Grupo Parlamentar do ADI, 5 votos favoráveis do Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN e 19 abstenções, sendo 17 do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e 2 abstenções do Movimento BASTA.

Há declaração de voto?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, para uma declaração de voto. Tem no máximo 5 minutos para o fazer.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, saudação a todos, com a devida precedência protocolar, Povo de São Tomé e Príncipe.

Nós nos abstivemos na votação das GOP e do OGE para o Ano Económico de 2024, por entendermos que estas Propostas não correspondem às perspectivas da população,...

Murmúrios do ADI.

... não estão alinhadas com as GOP,...

Uma voz do ADI: — Vergonha!

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — ...não acrescentam nada e em nada melhora o Governo, as fontes de financiamento são bastante duvidosas...

Uma voz do ADI: — Sinceramente!

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — ... com a agravante de uma das fontes de financiamento ser suportada por um parceiro, em grande percentagem o Programa de Investimento Público, e nós sabemos como é que age este parceiro.

Também nos abstivemos pelo não alinhamento do Governo com o FMI.

Também nos abstivemos pelas sucessivas violações das diversas leis, nomeadamente as Leis da Dívida Pública, das Parcerias Público-Privadas, de Licitação e a sacrossanta bíblia económica de São Tomé e Príncipe, a Lei-Orgânica e de Processos do Tribunal de Contas.

Também nos abstivemos, pois nos nossos hospitais e centros de Saúde falta tudo,...

Uma voz do ADI: — Kei!

Murmúrios.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — ...não existem os medicamentos essenciais, falta até um paracetamol, e não vemos alinhado...

Uma voz do ADI: — Controla o tempo.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Não há problema com o tempo, Sr. Deputado. Não vemos alinhado nas GOP nada que suporte de facto a resolução deste problema.

Uma voz do ADI: — Viciado em mentir.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Este Orçamento também continua a penalizar a classe média com os impostos que são aplicados.

Finalmente, também nos abstivemos, pois perante a descontinuidade geográfica da Região Autónoma do Príncipe, continua a não estar plasmada a subvenção...

Uma voz do ADI: — Não conta com o Príncipe.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — ...para viagens ou transporte das mercadorias para a Região Autónoma do Príncipe.

Sra. Presidente, um ponto final, gostaria de manifestar, mais uma vez, o nosso desagrado. É rápido.

Nós tivemos cá 3 dias, na especialidade, com os Srs. Membros do Governo que participaram, não fomos fiscalizados, não houve nada. Infelizmente, hoje, com a presença do Sr. Primeiro-Ministro, já fomos fiscalizados novamente.

Sra. Presidente, um apelo final, que se institucionalize de facto este processo de fiscalização dos Deputados.

Uma voz do ADI: — Não custa, a gente passa só.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Que se institucionalize, não há problema nenhum, mas não pode ser só quando vem o Sr. Primeiro-Ministro.

Os Srs. Ministros até estiveram connosco na refeição e foi pacífico.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Sabemos que não vai chegar golpe.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Portanto, não compliquemos. Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Enquanto o Regimento nos oferecer prerrogativas que nos permitam decidir e tomar decisões, vamos fazê-lo no momento que julgarmos conveniente. Por isso, não há grandes comentários a fazer.

Sr. Líder Parlamentar do ADI, tem declaração de voto?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Não tenho.

A Sra. **Presidente:** — Não tem, então só nos resta parabenizar o Governo, desejar que esses dois instrumentos ora aprovados sirvam realmente de base para a governação em 2024, e que Deus ajude o Governo na sua execução.

Com relação a nós Deputados, vamos de férias, termina aqui a 3.^a Sessão Legislativa. Para quem sai de férias, boas férias. Para quem fica, de igual forma, boas férias. Vamos retomar no dia 15 de Abril, com exceção da 1.^a Comissão, porque cá na nossa Casa Parlamentar aprovamos uma resolução para que trabalhe durante as férias parlamentares. Por causa do rolo de trabalho que tem pela frente, pediram e nós concedemos.

Então, até o dia 15 de Abril, se Deus quiser!

Termina aqui esta sessão.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

Eram 12 horas e 11 minutos.